XVI COLOQUIO INTERNACIONAL DE
GESTIÓN UNIVERSITARIA – CIGU
Gestión de la Investigación y Compromiso Social de la Universidad
Arequipa – Perú
23, 24 y 25 de noviembre de 2016
ISBN: 978-85-68618-02-8

"GESTÃO DA PESQUISA EM INSTITUIÇÕES UNIVERSITÁRIAS: IMPLICAÇÕES ÉTICAS NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO"

VINICIUS PORTO DE AVILA
Faculdade Cenecista de Osório
adm.viniciusavila@gmail.com

Resumo
Este artigo trata de temas relacionados a produção do conhecimento e à gestão da pesquisa em instituições universitárias brasileiras. Sem a pretensão de esgotar a discussão a respeito do tema, o intuito foi o de apresentar algumas reflexões sobre a gestão da pesquisa em instituições universitárias, a ética na produção do conhecimento e o produtivismo acadêmico. Para tanto, inicia contextualizando os debates acerca da ciência e dos seus questionamentos éticos. Analisa a relação entre conhecimento e ética, ressaltando pontos importantes sobre a pesquisa científica e o produtivismo acadêmico. Por fim, lança alguns questionamentos e reflexões sobre a produção do conhecimento nas instituições universitárias brasileiras, propondo possíveis possibilidades para a construção de um conhecimento ético e relevante, preocupado com questões sociais.

Palavras-chave: Pesquisa; Conhecimento; Produtivismo.

1 Introdução

Os debates e as reflexões críticas acerca dos fundamentos da ciência têm acontecido desde tempos remotos. Filósofos e cientistas vêm buscando a compreensão adequada do que constitui o saber científico, como ele procede, como são construídos seus métodos, como a ciência atinge seus resultados, qual seu grau de credibilidade, entre outras questões. A investigação teórica que aborda o tema "ciência" vem recebendo, ao longo dos anos, inúmeras denominações, sendo as mais conhecidas a epistemologia, a filosofia da ciência e a metodologia (CARVALHO, 1995).

Segundo Santos (2004), não é possível realizar uma pesquisa sem a âncora epistemológica. O objeto de pesquisa requer bases investigativas na literatura do ramo do saber em análise. Leis, teoremas, axiomas, princípios e postulados dão a sustentação necessária à comprovação das hipóteses ou das questões norteadoras da pesquisa. Assim, a epistemologia é a teoria do conhecimento e se encontra relacionada à questão em torno da natureza e dos limites do conhecimento humano. O termo epistemologia não possui um sentido uniforme, mas consiste em um conceito flexível que varia de acordo com os pressupostos filosóficos e ideológicos dos críticos de distintos países e culturas (SANTOS, 2004; DAMKE, WALTER, SILVA, 2010).

A metodologia aparece como uma parte mais restrita da epistemologia, ela investiga fundamentalmente os métodos, ou seja, os procedimentos que a ciência deve seguir para alcançar com êxito seu propósito, que é a produção do conhecimento científico. De acordo com Tafner (2007), a investigação científica depende de procedimentos específicos denominados métodos científicos. Gil (1996) explica que método científico é conjunto de processos ou operações mentais que deve-se empregar na pesquisa. É a linha de raciocínio adotada no processo de averiguação. De acordo com Damy (2005), caracteriza o método como um conjunto ordenado de procedimentos, que através de uma técnica específica procura-se atingir um resultado desejado. É através do método científico, da dúvida sistemática e da procura por evidências, que se quer descobrir a realidade dos fatos (DAMY, 2005).

A metodologia científica não é um amontoado de técnicas, embora elas devam existir, mas sim uma disciplina que deve estar em constante relacionamento e a serviço de uma proposta de conhecimento. Assim, estrutura-se para que o conhecimento desenvolva as funções que lhe são impostas frente as necessidades culturais e científicas. Nas palavras de Bunge (1960), a ciência pode ser definida como um sistema de ideias estabelecidas (conhecimento científico), é como uma atividade produtora de novas ideias (investigação científica). Gil (1999) explica que, etimologicamente, ciência significa conhecimento, sendo o seu objetivo fundamental a veracidade dos fatos, com o objetivo de formular, mediante linguagem rigorosa e apropriada, as leis que regem os fenômenos (SIQUEIRA et al., 2008).

A ciência envolve mais do que a mera catalogação de fatos e descobertas, através da tentativa e erro, de maneiras de proceder de como funcionam os fenômenos. O que é crucial na verdadeira ciência é o fato de envolver a descoberta de princípios aos fenômenos naturais. O ser humano pela observação adquire quantidade de conhecimentos constituindo uma importante fonte de conhecimento. Bachelard (apud DALAROSA, 2008, p. 101) afirma que "a ciência não constitui um mundo a descrever. Ela constitui um mundo a construir". Constitui devido à ciência referir-se tanto à investigação racional dos fenômenos como ao estudo da natureza, direcionando à descoberta da verdade (SIQUEIRA et al., 2008).

Em razão dos novos desafios impostos pelo progresso da ciência, as normas éticas tradicionais tornaram-se insuficientes, obsoletas e, por vezes, inadequadas para os

dias de hoje. Exige-se uma nova ética, baseada na objetividade e no serviço à vida. Essa nova ética deve se adequada aos grandes desafios da ciência, com critérios objetivos que ofereçam garantias que sirvam à vida do homem no mundo. Tais critérios devem ser procurados e só podem ser afirmados com certa probabilidade porque, nesse campo, quase sempre ignoramos as consequências de nosso agir a longo prazo. Em razão disso, esses critérios devem ser permanentemente reavaliados (ZILLES, 2004).

Todas as maneiras de produção de conhecimento têm um único fim prático: contribuir para a resolução dos problemas enfrentados no nosso cotidiano. Em outras palavras, sua finalidade é social. Quando empregamos nossos esforços para avançar o conhecimento, fazemos porque algo chamou nossa atenção, seja um problema, um desafio ou algo que desejamos aperfeiçoar. Se decidimos o que é um problema, também decidimos o que não é. Assim, ao realizarmos um empreendimento científico, assumimos simultaneamente questões éticas (como pensamos que a vida deve ser vivida) e morais (o que entendemos como bem e mal, certo e errado, justo e injusto). A ética na pesquisa científica não se limita ao como fazer, como comunicar e aos limites do que dizer. Acima de tudo, refere-se ao que foi investigado e para quem – essa é a questão que precisamos aprender a solucionar. Caso contrário, corremos o risco de ter uma ciência correta – com procedimentos auditados, normas de publicação e manuais de melhores práticas – mas moralmente irresponsável (SPINK, 2012).

Desta forma, emergem algumas inquietações que motivaram a realização deste artigo: Existem pesquisas científicas realmente isentas de interesses econômicos, militares, políticos, ideológicos ou outros? Quais são os limites e as consequências da intervenção do homem no ambiente do qual faz parte? A produção do conhecimento científico é orientada unicamente pelas leis de mercado? As instituições dedicadas à produção de conhecimento têm condições de elaborarem um código de normas éticas capaz de manter tal produção dentro dos limites responsáveis para uso da sociedade?

Diante do exposto, este artigo pretender contribuir, ainda que de modo parcial, com algumas reflexões em torno de aspectos éticos relacionados a gestão da pesquisa em instituições universitárias no contexto brasileiro.

2 Conhecimento e ética: antagonismos, ressonâncias e reflexões

Diversas são as definições encontradas para a ciência, a área que se preocupa em responder a essa questão é a Filosofia da Ciência. De forma geral, a ciência, cuja finalidade principal é ampliar os seus conhecimentos específicos, pode ser entendida como um processo ou uma tentativa de compreensão de uma realidade em particular, o que significa a formulação de um conceito genérico da mesma (CORBI, 1998). Durante séculos, o conhecimento significou conhecimento provado pela força do intelecto ou pela prova dos sentidos. A sabedoria e a integridade intelectual exigiam que fossem desconsideradas afirmações não provadas, isso minimizou o hiato entre a especulação e o conhecimento estabelecido. Essa era a concepção comum de ciência até então, revestida nas roupagens do positivismo lógico, critério baseado no empirismo justificacionista-indutivista da concepção tradicional de ciência (LAKATOS, 1979; DAMKE, WALTER, SILVA, 2010).

Essa concepção acerca da visão de ciência, assim como do desenvolvimento das ciências, foi colocada à prova com a física newtoniana. Os resultados obtidos por Einstein causaram mudanças e resultaram no entendimento de que o conhecimento científico não é, necessariamente e obrigatoriamente, conhecimento demonstrado. Ainda, destaca-se que, nos primórdios da história da ciência, ela possuía como preocupação principal ampliar os conhecimentos, o que leva à compreensão de que se

tratava da ciência formal. Já na atualidade, o processo evolucionário das ciências as distinguiu em formais e reais (CORBI, 1998; FIGUEIRAS, 1996).

As ciências formais apresentam caráter analítico e tratam de objetos ou entidades que não existem na realidade. Já as ciências reais tratam de objetos ou entidades existentes e, desta maneira, observáveis empiricamente. As ciências reais também são conhecidas como ciências empíricas e experimentais e acabam sofrendo uma segunda divisão: ciências naturais e ciências sociais. A primeira trata de conhecer as leis natureza, enquanto a segunda, em particular, o conhecimento humano. Ademais, as ciências naturais e as sociais, por sua vez, se subdividem em ciência pura, que é aquela que se interessa basicamente por conhecimentos, e ciência aplicadas que tratam de modificar e/ou configurar a realidade (DAMKE, WALTER, SILVA, 2010).

A tarefa principal da pesquisa científica é a produção do conhecimento. Seja ele de inspiração teórica, tecnológica ou prática, o conhecimento produzido pela ciência não é o único que utilizamos. Vivemos sob uma considerável ecologia de maneiras de produzir e fazer circular saberes, incluindo o óbvio (que não é óbvio) senso comum, os saberes tradicionais de múltiplas fontes e culturas, e os saberes práticos, com sua extensa biblioteca. Entretanto, quando pensamos sobre nosso cotidiano de equipamentos eletrônicos, redes sem fio, leite pasteurizado, remédios, motores de combustão interna, fibras artificiais e sacolinhas práticas, temos que aceitar que o conhecimento científico, produto da pesquisa empírica, é, certamente, o mais comentado e divulgado (SPINK, 2012).

A ciência e o conhecimento científico são definidos de maneiras diferentes pelos diversos pesquisadores que refletem sobre eles. Algumas definições são semelhantes, outras levantam algumas diferenças. Entretanto, a maior parte dos que buscam definir a ciência concorda que "ao se falar em conhecimento científico, o primeiro passo consiste em diferenciá-lo de outros tipos de conhecimento existentes" (LAKATOS; MARCONI, 1986, p. 17). Antes de abordarmos cada uma das formas de conhecimento, convém explicitar o que se entende por conhecimento e por processo de conhecer (ARAÚJO, 2006):

> "Conhecer é atividade especificamente humana. Ultrapassa o mero 'dar-se conta de' e significa apreensão, a interpretação. Conhecer supõe a presença de sujeitos; um objeto que suscita sua atenção compreensiva, o uso de instrumentos de apreensão, um trabalho de debruçar-se sobre. Como furto desse trabalho, ao conhecer, cria-se uma representação do conhecido – que já não é mais o objeto, mas uma construção do sujeito. O conhecimento produz, assim, modelos de apreensão – que por sua vez vão instruir conhecimentos futuros" (FRANÇA, 1994, p. 140).

O conhecimento pode ser dividido em quatro tipos: conhecimento popular, conhecimento filosófico, conhecimento religioso e conhecimento científico. O conhecimento popular é considerado valorativo por excelência, pois se fundamenta numa relação baseada em estados de ânimos e emoções. Tendo seu ponto de partida em hipóteses, o conhecimento filosófico não pode ser submetido a observações. O conhecimento religioso, isto é teológico, apoia-se em doutrinas que contêm proposições sagradas, por terem sido reveladas pelo sobrenatural. O conhecimento científico, por outro lado, é real porque lida com ocorrências ou fatos. Constitui um conhecimento contingente, pois suas proposições ou hipóteses têm a sua veracidade ou falsidade conhecida através da experimentação e não apenas pela razão (DAMY, 2005).

A relação entre ética e conhecimento tem sido discutida por diferentes pesquisadores em diversas épocas. De acordo com Oliveira (1999), a questão filosófica que aparenta nortear as reflexões e inquietudes pode ser expressa, simplificadamente, nos seguintes termos: como o conhecimento do mundo (físico e social) torna ou não

harmoniosa a convivência entre os homens? Em outras palavras, como a razão (Logos) influencia e é influenciada por um *ethos*, tomado no sentido de um conjunto de disposições que orienta o agir prático dos homens?

A ideia de ética tem acompanhado o mundo ocidental, pelo menos, desde a discussão sobre valores sociais nas cidades-estados da confederação grega, que serviu de agenda para os questionamentos de Sócrates. Já o mesmo não é válido para a combinação do termo com o campo científico. Em plena modernidade do século XIX, os termos morais que Charles Darwin enfrentava, por exemplo, habitaram um plano totalmente diferente das suas coleções de espécies e suas observações microscópicas. Presumia-se que a discussão dos fatos era uma atividade séria entre pessoas sérias (SPINK, 2012).

Conhecimento e ética dificilmente deixarão de manter entre si relações que gerem controvérsias. Na medida em que o saber científico se coloca como necessidade do homem, o problema de determinar até onde é possível avançar sem colocar em risco a própria humanidade é um problema ético. Alternativas precisam ser pensadas e apresentadas (OLIVEIRA, 1999).

O que é pesquisa? Podemos definir pesquisa como o conjunto de procedimentos racionais e sistemáticos que têm por objetivo fornecer respostas aos problemas que enfrentamos. A pesquisa é realizada quando não se dispõe de informação suficiente para responder a determinado problema e/ou questionamento, ou quando a informação disponível se encontra em estado de desordem, a ponto que não possa ser adequadamente relacionada ao problema. Existem algumas razões que determinam a realização de uma pesquisa. Essas podem ser classificadas em dois grandes: razões de ordem intelectual e razões de ordem prática (GIL, 1999).

Dentro das razões de ordem prática, pode-se inserir a necessidade de uma instituição universitária realizar e gerir pesquisa. Por intermédio das atividades de ensino, pesquisa e extensão, as universidades se voltam para a criação, a produção de conhecimento e a busca do saber. Por esse motivo, precisam preocupar-se, também, com a disseminação competente desse conhecimento, exigindo-se, portanto, condições propícias para a divulgação dessa produção intelectual (OHIRA, 1998). Nas palavras de Alves (1987, p. 149), "a publicação, suporte básico do processo de comunicação da produção científica e cultural, transforma-se em forma motriz, na medida em que é recuperada e divulgada, impulsionando o desenvolvimento intelectual". Segundo Witter (1989, p. 29):

> A produção científica está relacionada com a atuação dos cursos de pós-graduação, quer pelo seu fazer científico, quer pelo seu papel na formação de professores e pesquisadores que irão atuar em outras entidades, universitárias ou não. Seu produto é relevante, inclusive como veículo para a mudança da dependência para a interdependência científica e tecnológica e, consequentemente, econômica e política (WITTER, 1989, p. 29).

Algumas universidades brasileiras públicas e privadas destacam-se como polos de produção científica e são reconhecidas nacionalmente e no exterior (OHIRA, 1998). A quem essas servem?

3 Pesquisa e produtivismo: conhecimento para que (m)?

De acordo com Nogueira (2009, p. 823) "cresceu o atrito entre a liberdade intelectual e a rotina institucionalizada o que não nos isenta de perguntar: a quem servimos hoje, em nome de quem falamos, para quem trabalhamos? " (MISOCZKY; GOULART, 2011). Estudantes, professores e pesquisadores concentram suas práticas

na tarefa de produzir conhecimento. Todas as formas de produção de conhecimento têm um único fim prático: contribuir para a resolução dos problemas enfrentados no nosso cotidiano. Em outras palavras, sua finalidade é social. Quando empregamos nossos esforços para avançar o conhecimento, fazemos porque algo chamou nossa atenção, seja um problema, um desafio ou algo que desejamos aperfeiçoar. Se decidimos o que é um problema, também decidimos o que não é. Assim, devemos refletir sobre a relevância do conhecimento que estamos produzindo nas faculdades, centros universitários e universidades, e a quem esse conhecimento serve – ou deveria servir.

Essas instituições encontram-se na totalidade social, ao mesmo tempo em que se constituem em expressão da sociedade e das forças e ideias hegemônicas, têm a responsabilidade de refletir, criticar e antecipar-se na construção de alternativas (MISOCZKY; GOULART, 2011). Contudo, na realidade atual, o gerencialismo não está limitado ao mundo empresarial e corporativo, ele e seus modelos estão adentrando (se ainda não adentraram) diversas esferas de nossa vida cotidiana. Existem aqueles que defendem que hospitais, organizações não-governamentais, religiosas e até mesmo escolas e universidades sigam as mesmas normas e procedimentos de gestão das empresas tradicionais. Assim, "assumimos que o processo de produzir conhecimento, cuidar de pessoas e lutar por causas humanas pode seguir as mesmas regras de gestão da produção em série de latas de sardinha" (ALCADIPANI, 2011, p. 345). Mercado. Eficiência. Competitividade. Produtividade. Questiona-se até que ponto as pesquisas científicas estão isentas de interesses econômicos, e se a produção do conhecimento não é orientada unicamente pelas leis de livre mercado.

Ao realizarmos um projeto científico, assumimos simultaneamente questões éticas – como pensamos que a vida deve ser vivida – e morais – o que entendemos como bem e mal, certo e errado, justo e injusto. A ética na pesquisa científica não se limita ao como fazer, como comunicar e aos limites do que dizer. Acima de tudo, refere-se ao que foi investigado e para quem – essa é a questão que precisamos aprender a solucionar. Caso contrário, corremos o risco de ter uma ciência correta – com procedimentos auditados, normas de publicação e manuais de melhores práticas – mas moralmente irresponsável. As instituições de ensino superior têm a função de criar e difundir conhecimento e esse trabalho apresenta especificações e complicações (ALCADIPANI, 2011). Para obterem êxito nesse processo de construção do conhecimento, pesquisadores necessitam, além da devida capacitação técnica e análise crítica, de liberdade para percorrerem caminhos que visem solucionar inquietações sociais, livres de pressões externas. Sejam quais forem esses caminhos e essas inquietações. Nas palavras de Spink e Alves (2011), se torna cada vez mais difícil para as pessoas se posicionarem, tendo em vista a importância dos recursos escassos disponíveis (bolsas, financiamentos), além de carreiras, estabilidade profissional e salários garantidos ao final de casa mês.

Ainda, existe outro problema igualmente grave que segue a lógica gerencial-empresarial, caracterizado através da produtividade mensurada por números. Na academia brasileira, a produção de "conhecimento" se transformou em sinônimo de fazer pontos. Seguindo a tabela de pontuação de produção acadêmica da CAPES, o trabalho do pesquisador tem sido medido pela quantidade de pontos que esse consegue fazer a cada ano. Assim sendo, o raciocínio se baseia na prática de produzir o máximo possível de artigos para fazer o máximo de pontos. O tempo para reflexão crítica é deixado de lado, a formação de alunos é colocada em segundo plano e o desenvolvimento intelectual da sociedade, e consequentemente do país, significa apenas números em uma tabela (ALCADIPANI, 2011). Produzo para obter pontos, negligencio a razão essencial de uma instituição de ensino superior e sigo alimentando uma

“fábrica” que tem pouca (para não dizer nenhuma) preocupação com aquelas pessoas que deveria estar auxiliando. Logo, as instituições de ensino superior (IES) se fecham atrás de seus muros de concreto e se escondem no interior de seus prédios, para se concentrarem nas suas tarefas nobres: a confecção de textos para congressos e para publicações em revistas A1, A2, A3, etc. (SPINK; ALVES, 2011). Pensando como ator de uma sociedade que exercita, cada vez mais, o seu direito de ir para as ruas reivindicar por aquilo que considera correto, faz sentido?

Felizmente, cada vez mais pesquisadores de todas as idades, instituições e localidades estão chegando à conclusão de que o conhecimento livre (de qualquer pressão) e a liberdade de expressão andam juntos e que a discussão científica não pode se resumir a artigos e mais artigos escritos e impressos como se fossem mercadorias. Buscar a livre circulação de ideias passa por diferentes tipos de diálogos, seminários, eventos, panfletos, rodas de conversa e vídeos nos quais o fácil acesso da sociedade é fator-chave. A IES conectada e com seus portões abertos, a IES do João, da Maria, do Vinicius, da rua, do campo, da periferia é (precisa ser) feita de acadêmicos conectados e conscientes do seu papel na construção da sociedade civil. Universidades e faculdades conectadas são feitas por acadêmicos conectados. O foco do acadêmico conectado será outro: seminários, congressos, folhetos, artigos em periódicos semanais e diários de grande circulação, todos esses sem nenhum fator de impacto nos moldes da CAPES (SPINK; ALVES, 2011).

Desta forma, torna-se relevante concentrar nossos esforços na tentativa de promover futuras transformações na “nossa” forma de produzir conhecimento. Alguns questionamentos podem ser lançados com o objetivo de iniciar essa discussão: a produção do conhecimento científico brasileiro tem condições de seguir uma lógica que se afasta da “produção em massa”? Qual o papel dos pesquisadores na tentativa de manter a produção do conhecimento dentro dos limites responsáveis para uso da sociedade?

4 Considerações (finais?)

O objetivo desse artigo foi realizar algumas reflexões sobre à gestão da pesquisa e a produção do conhecimento em instituições universitárias brasileiras. Abordamos um contexto que, nas palavras de DaMatta, não é nada animador (REGO, 2014):

> [...] hoje, graças ao regime imposto ao mundo da pesquisa e do ensino superior, esse publicar é requerido e medido. Dependendo do órgão no qual se publica o texto vale mais ou conta menos pontos para o autor e para seu departamento independente de seu, digamos com devida vênia, valor intrínseco (DAMATTA, 2014).

Realmente, os cenários indicam os reflexos de um processo de produção perverso que, de uma forma ou de outra, tem afetado os pesquisadores, as universidades e os periódicos do brasil, comumente reconhecido como produtivismo acadêmico: “a obrigação de publicar em periódicos como indicador praticamente exclusivo para a avaliação da produção científica e da qualidade do pesquisador está levando a um conjunto preocupante de desdobramentos” (REGO, 2014 p. 238).

Precisamos falar de ética. Ética dos pesquisadores, ética das normas e procedimentos, ética dos periódicos, enfim, ética do “sistema” como um todo. É importante destacar que a presente pesquisa não tem a pretensão de esgotar a discussão a respeito do tema, mas sim discutir novas possibilidades através de uma proposta de

estudo crítico acerca da situação atual. Temos condições técnicas, intelectuais e sociais para nos engajarmos nessa empreitada, não temos?

Referências

ALCADIPANI, Rafael. **Academia e a Fábrica de Sardinhas.** Organização & Sociedade, v.18, n.57, p. 345-348, 2011.

ALVES, M. A. M. A **Biblioteca Nacional, banco de dados da produção científica e cultural brasileira.** SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 5, Porto Alegre, 1987. Anais... Porto Alegre: UFRGS, 1987.

ARAÚJO, C. A. A. **A ciência como forma de conhecimento.** Ciências & Cognição. v. 8, p. 127-142, 2006.

BUNGE, M. **La ciencia, su método y su filosofía.** Buenos Aires: Ediciones Siglo Viente, 1960.

CARVALHO, M. C. M. **A construção do saber científico:** Algumas posições. In: CARVALHO, M. C. M. **Metodologia Científica: Fundamentos e técnicas.** Campinas, SP: Papirus, 1995.

CORBI, M. **Qués es y para qué sirve la metodologia**, 1998.

DALAROSA, Adair Ângelo. **Epistemologia e Educação:** articulações conceituais. Ponta Grossa – PR, 2008. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/humanas/article/view/651>Acesso em 27 Out. 2015.

DAMATTA, R. **Duas máscaras.** O Estado de São Paulo, Caderno 2, C6, 05 mar. 2014

DAMKE, Eloi J.; WALTER, Silvana A.; SILVA, Eduardo D. **A administração é uma ciência?** Reflexões epistemológicas acerca de sua cientificidade. Revista de Ciências da Administração. v. 12, n. 28, p. 127-146, set/dez, 2010.

DAMY, A. S. A. **Ciência e conhecimento científico.** UBC: São Paulo, 2005.

FIGUEIRAS, E. R. **Metodologia de las ciência sociales**, 1996.

FRANÇA, V. R. V. **Teorias da comunicação:** busca de identidade e de caminhos. Rev. Esc. Biblioteconomia UFMG, v.23, p. 138-152, 1994.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. Atlas: São Paulo, 2007.

LAKATOS, I. **O falseamento e a metodologia dos programas de pesquisa científica.** In: A crítica e o desenvolvimento do conhecimento, Lakatos, I. & Musgrave, A. (orgs.) p. 109-243, Ed. Cultrix, EDUSP, São Paulo, 1979.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica.** São Paulo. Ed. Atlas, 1986.

MISOCZKY, Maria Ceci; GOULART, Sueli. **Viver as contradições e tornar-se sujeito na produção social de nosso espaço de práticas.** Organização & Sociedade, v.18, n.58, 2011.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Desafios e missão do intelectual público.** Dados, v. 52, n.4, p. 821-834, 2009.

OHIRA, M. L. B. **Por que fazer pesquisa na universidade?** Ver. ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v.3, n.3, p.65-76, 1998.

OLIVEIRA, R. J. **Ética e conhecimento:** reflexões para a Filosofia da Educação. Perspectiva. Florianópolis, v.17, n.32, p. 99-115, jul/dez, 1999.

REGO, T. C. **Produtivismo, pesquisa e comunicação científica:** entre o veneno e o remédio. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 40, n. 2, p.325-346, abr./jun. 2014.

SANTOS, Silvio A. **Existem paradigmas em administração?** Uma análise sobre o uso do conceito. 2004. Disponível em: <www.fgvsp.br/iberoamerican/Papers/0256>. Acesso em 19 outubro 2015.
SIQUEIRA, F.; KARLMEYER-MERTENS, R.; FUMAGA, M., BENEVENTO, C. **Como elaborar projeto de pesquisa:** linguagem e método. Ed. FGV, 2008.
SPINK, Peter; ALVES, Mário A. **O campo turbulento da produção acadêmica e a importância da rebeldia competente.** Organização & Sociedade, v. 18, n. 57, 2011.
SPINK, P. K. **Ética na pesquisa científica.** GV-executivo. v.11, n. 1, jan/jun, 2012.
TAFNER, José. **Metodologia do Trabalho Acadêmico.** Associação Educacional Leonardo da Vinci (ASSELVI) – Indaial: Ed. ASSELVI, 2007.
WITTER, G. P. **Pós-graduação e produção científica:** a questão de autoria. Trans-in-formação, v.1, n.1, p. 29-37, 1989.
ZILLES, U. **O caráter ético do conhecimento científico.** Revista da ADPPUCRS. Porto Alegre, n. 5, p.117-121, dez. 2004.